NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 28/Mar

cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3374- Ano 2025

CNTV RECEBE VISITA DE PRESIDENTE DA CUT-SP E DISCUTE ESTRATÉGIA PARA DERRUBAR O VETO DE GOVERNO DE SÃO PAULO A LEI ANTICALOTE

Diretores da CNTV, do SINDESV-DF e CUT-SP

Os diretores da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV e do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal – SINDESV DF, receberam nesta quinta-feira, 27 de março, na sede da CNTV, em Brasília/DF, o presidente da CUT SP, Raimundo Suzart, para tratarem da decisão desastrosa do governo de São Paulo, que vetou integralmente o Projeto de Lei nº 624/2023, de autoria do deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino, que institui a Lei Anticalote do estado.

O veto, assinado pelo governador em exercício de São Paulo, Felício Ramuth, e publicado no Diário Oficial em 27 de dezembro de 2024, com argumentos e justificativas descabidas, escancara a posição do governo Tarcísio de Freitas contra os trabalhadores.

José Boaventura Santos - Presidente da CNTV e Raimundo Suzart – Presidente da CUT/SP

A lei Anticalote, aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) em 4 de dezembro de 2024, tem como objetivo proteger cerca de 700 mil trabalhadores terceirizados, empregados de empresas contratadas pelo Governo do Estado, que atuam nos diversos setores e órgãos, em atividades, como: asseio, limpeza, portaria, merendeiras, informática, alimentação hospitalar e de presídios, gestão de escolas e na segurança privada (escolas, hospitais, parques, transportes, etc.), entre outros.

Pela lei os órgãos do governo retém da fatura das empresas contratadas e deposita numa conta bloqueada, a cada mês, um valor equivalente 20 a 25% para garantir verbas rescisórias, 13º salário, férias, além de possibilitar até o pagamento direto de salários e outros direitos caso a terceirizada não pague.

Para Amaro Pereira, diretor da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, o veto só beneficia a empresas picaretas que não tem compromisso com os órgãos públicos e com o trabalhador. “É um desrespeito não só com os trabalhadores, mas também com a Alesp, que discutiu a matéria nas comissões e com a sociedade civil”, avalia.

José Boaventura, presidente da CNTV, também critica a medida, lembrando que “a Lei Anticalote já existe no Distrito Federal e nos estados da Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul), bem como em toda a esfera federal (executivo, legislativo e judiciário federal), onde tem garantido a proteção das verbas trabalhistas dos empregados e o erário.

O presidente da CUT/SP, Raimundo Suzart, disse que os trabalhadores do Estado estarão unidos pela derrubada deste veto: “A proposta retorna agora para a Alesp onde o veto pode ser derrubado pelos deputados. Entretanto, será necessária uma forte mobilização não apenas dos vigilantes, mas de todos os trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo, especialmente os terceirizados”, finaliza.

O Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Paulo Quadros, criticou o veto e disse que esta lei é muito importante para a garantia e proteção de direitos dos trabalhadores e expressou o apoio também dos dirigentes do Distrito Federal, primeiro Estado onde esta Lei foi aprovada: “Os vigilantes do Distrito Federal podem afirmar a diferença que a aprovação desta lei teve na vida dos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal. O pesadelo contra o calote é bem menor. Estaremos juntos com os trabalhadores de São Paulo pela derrubada deste veto”, reforçou.

No encontro foram traçadas estratégias e plano pela mobilização dos trabalhadores e da população paulistana pela derrubada do veto. Não aceitamos que continuem roubando os direitos de trabalhadoras e trabalhadores.

FONTE: CNTV

NO SEGUNDO DIA DE DEBATES, CNTV VOLTA A SE REUNIR COM ASSESSORIA DA DEPUTADA ROSANGELA REIS PARA TRATAR DO PROJETO DE LEI

Diretores da CNTV e Dr. Alan Hassem, assessor da Deputada Federal Rosângela Reis

Nesta quinta-feira, 27 de março, dirigentes da CNTV receberam em sua sede o Assessor da Deputada Rosângela Reis (PL/MG), Dr. Alan Hassem, para continuar os debates sobre o Projeto de Lei – PL nº 3.655/2024, que institui a lei orgânica da segurança privada, revoga a lei 14.967/2024 e dá outras providências.

No dia anterior os dirigentes da CNTV José Boaventura e Florismar Vilarindo, estiveram na Câmara dos Deputados com a Deputada e assessores, além do Relator da matéria na Comissão do Trabalho, Deputado Federal Luiz Carlos Mota (PL/SP) e apresentando documento indicando pontos de contrariedade e concordâncias ao Projeto de Lei.

A Deputada e o Relator concordaram em dialogar e a CNTV se dispôs a contribuir para correção dos equívocos e construção de uma proposta que mantenha as conquistas da categoria, fortaleça e valorize os Vigilantes brasileiros.

Algumas propostas do texto, jogam por terra conquistas importantes e históricas da categoria, arrancadas com muito suor e luta. O PL revoga integralmente, por exemplo, a lei 14.967/2024 – Estatuto da Segurança Privada, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula a pouco mais de seis meses, que gera mais empregos para Vigilantes e ajuda no combate aos clandestinos. Tal revogação é inaceitável.

Claro que nos textos há temas que nos interessam e que queremos aprovar, tipo: Piso Salarial Nacional, Aposentadoria Especial, Prisão Especial e Porte de arma.

A partir destas tratativas acreditamos ser possível a construção de um texto que proteja e valorize os Vigilantes, que mantenha suas conquistas e que avance nas pautas que, de fato, fortaleçam a categoria.

Estamos na luta.

Fonte: CNTV

RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE SEGURANÇA APROVA RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES VIGILANTES

Representação do sindicato acompanhou a votação

Representação do sindicato acompanhou a votação

Na manhã desta quinta-feira (27), todos os deputados e deputadas titulares da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa votaram a favor do projeto 524/2019, da deputada Sofia Cavedon, que institui uma reserva de vagas para as mulheres vigilantes, nos contratos dos órgãos e entidades do Estado com empresas de segurança privada.

A proposta teve o parecer favorável do deputado Delegado Zucco (Republicanos), que também acrescentou uma emenda, a pedido da deputada Sofia, alterando o percentual da cota para as mulheres, que era de 20% para 30%. O objetivo, segundo ele, foi adequar essa proposta a um projeto idêntico, que está tramitando Câmara dos Deputados, em Brasília, mas com esse percentual maior.

Em sua análise, Zucco ressaltou que tanto a Constituição Federal como a legislação posterior “estabeleceram ou vem estabelecendo medidas que visam combater a desigualdade e promover uma igualdade fática entre homens e mulheres”, disse. “Não por outro motivo, a mesma Constituição previu, entre outra coisas, a proteção da mulher no mercado de trabalho.

Além do Delegado Zucco, votaram favoravelmente o presidente da Comissão, deputado Leonel Radde (PT), deputada Stela Farias (PT), Jeferson Fernandes (PT), Issur Koch (PP), Delegada Nadine (PSDB), Patrícia Alba (MDB), Cláudio Tatsch (PL), Airton Artus (PDT) e Matheus Gomes (PSol). (Clique aqui para ver o vídeo da votação)

A sessão foi acompanhada pelo presidente do sindicato, Loreni Dias, e uma comissão de diretores, diretoras e apoiadoras da proposta, que aplaudiram bastante a decisão dos parlamentares. O PL já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça, ano passado.

Segundo Rosalino Mello, ao centro na foto abaixo, assessor da deputada Sofia, agora o projeto deverá ir a votação no plenário, pelo conjunto dos deputados e deputadas, em data a ser confirmada.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Em Audiência com a Infraero, Reafirmamos: Vigilante Não é Porteiro — É Profissional que Salva Vidas

Participei de uma audiência importante com a direção da Infraero, ao lado do presidente do Sindicato dos Vigilantes (SINDESV) e diretor da CNTV, Paulo Quadros. Representando a empresa, estavam o Sr. Aparecido Luiz da Silva (Diretor Administrativo) e o Sr. Emerson Marialva (Superintendente de Administração), e também Geraldo Accioly e Renato Caroba.

O tema? Uma absurda proposta incluída em processo licitatório, que visa substituir vigilantes por porteiros — profissionais sem a formação técnica, qualificação e garantias legais que a atividade de segurança exige. Um retrocesso inaceitável que afeta diretamente 23 trabalhadores, fragiliza a segurança e desvaloriza toda a categoria.

Também estiveram presentes os representantes do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal: Allan Rodrigo (Advogado), Adalberto Cardoso e Moisés Alves (Diretores), todos unidos na mesma luta. Como alguém que já atuou como vigilante, sei na pele o que esses profissionais enfrentam e o quanto são essenciais — não apenas para proteger o patrimônio, mas para salvar vidas. Vigilante não é custo: é pilar de segurança, dignidade e respeito.

O Sindicato já protocolou pedido de impugnação da licitação, exigindo a suspensão imediata do processo e a preservação dos postos de trabalho.

Seguiremos firmes, ombro a ombro com os trabalhadores, contra qualquer tentativa de precarização da profissão. Defender os vigilantes é defender a vida.

FONTE: ASSESSORIA GAB. CHICO VIGILANTE

PLANTÃO OLHO VIVO
SINDICATO DOS VIGILANTES DO DF
Março/2025

ATENÇÃO, VIGILANTES DA BRASFORT (CONTRATO 24)

COMPAREÇAM AO SINDESV-DF PARA RECEBER ACERTO DE INTRAJORNADA

Se você trabalhou ou ainda trabalha na empresa Brasfort e faz parte do **Contrato 24**, fique atento! O **SINDESV-DF** convoca todos os trabalhadores envolvidos no processo de **intrajornada** para comparecerem à sede do sindicato e retirarem o cheque referente ao acerto devido.

📅 Data: A partir de segunda-feira, **31 de março**
⏰Horário: das 8h às 17h
📍Local: Sede do SINDESV-DF

⚠ Atenção! Antes de se dirigir ao sindicato, acesse o site **www.sindesvdf.com.br** e confira se seu nome está na listagem divulgada.

Não perca essa oportunidade de garantir seus direitos! Para mais informações, acesse nosso site ou entre em contato com o sindicato.

PREFEITURA DE TERESINA DEMITE VIGILANTES E DEIXA PAIS DE FAMILIA SEM SUSTENTO, ENQUANTO ISSO, REPASSAM O TRABALHO PARA POLICIAIS QUE JÁ TEM SALARIO

MANIFESTAÇÃO CONTRA DEMISSÕES DOS VIGILANTES EM TERESINA!

O SINDVIGILANTES/PI realizou uma grande manifestação contra a decisão do prefeito Silvio Mendes de demitir vigilantes e substituí-los por policiais militares. A mobilização contou com o apoio da CUT, CNTV, CUT Distrito Federal, Sindicato dos Vigilantes DF, sindicatos filiados a CUT, SINTRAJUFE, movimentos sociais e membros da diretoria do SINDVIGILANTES/PI, e do Vereador de Teresina João Pereira

Durante o protesto, trabalhadores demitidos relataram suas dificuldades e injustiças enfrentadas. Muitas famílias dependem desses empregos e seguem firmes na luta em defesa dos seus direitos!

O SINDVIGILANTES/PI continua ao lado dos trabalhadores, resistindo e exigindo respeito!

Roberto Miguel, diretor do Sindicato dos Vigilantes do DF e da CUT/DF, representante da CNTV

A luta continua!

Créditos das fotos: Assessoria de Comunicação do SINDVIGILANTES – Socorro Silva

FONTE: SINDVIGILANTES/PI

ENTENDA O CASO

Prefeitura de Teresina e PM firmam convênio para segurança de prédios públicos; vigilantes demitidos protestam. Sindicato dos Vigilantes do Piauí alega que a medida desvia a função de policiais militares e compromete empregos. De acordo com o diretor, 98 profissionais já foram demitidos e alguns cumprem aviso prévio, que termina no domingo (30)

PMT e PM fazem convênio para segurança de prédios públicos; vigilantes demitidos protestam — Foto: Eric Souza / g1

Por Eric Souza, Lívia Ferreira, g1 PI

Vigilantes protestam e pedem reunião com representante da prefeitura

A Prefeitura Municipal de Teresina e a Polícia Militar do Piauí (PMPI) firmaram um convênio para que militares, em horários de folga, possam atuar na segurança de prédios públicos municipais. Contra o decreto, o Sindicato dos Vigilantes do Piauí realizou um protesto na manhã desta quinta-feira (27).

Um grupo de vigilantes esteve reunido em frente ao Palácio da Cidade, no Centro da capital, entre 9h30 e 11h, e reivindicou a prestação do serviço de segurança armada.

Ao g1, o diretor do sindicato da categoria, Marcus Vinícius Lopes, afirmou que a decisão compromete empregos. Segundo ele, 98 profissionais foram demitidos desde o convênio e alguns cumprem aviso prévio, que termina no próximo domingo (30).

“A nossa intenção é que o prefeito revogue esse decreto. Eles estão desempregando pais e mães de família, para por policiais militares que já têm o seu salário todo mês. Tem relato de um pai que não vai mais conseguir pagar o tratamento do filho autista. E outra mãe que não vai ter como sustentar os três filhos”, afirmou o diretor .

Em nota, a Prefeitura Municipal informou que, por meio da Secretaria Municipal de Administração, acompanha de perto a transição para assegurar que as obrigações contratuais sejam cumpridas e os direitos trabalhistas dos vigilantes terceirizados sejam respeitados (veja nota ao fim da reportagem).

Também por meio de nota, o Sindicato dos Vigilantes do Piauí reforçou que policiais militares não deveriam “assumir postos de trabalho que são responsabilidade da segurança privada” (confira o posicionamento completo abaixo).

Sindicato dos Vigilantes do Piauí

O sindicato vem a público manifestar sua total insatisfação e repúdio à decisão da Prefeitura de substituir vigilantes armados por policiais militares nos postos de trabalho.

Essa medida prejudica diretamente a categoria dos vigilantes, comprometendo empregos e direitos trabalhistas conquistados com muita luta. Além disso, desvia a função dos policiais militares, que devem estar nas ruas garantindo a segurança da população como um todo, e não assumindo postos de trabalho que são da segurança privada.

Defendemos o respeito aos profissionais vigilantes, que são devidamente treinados e qualificados para a função, cumprindo todas as exigências legais e regulamentações da categoria. Exigimos que a Prefeitura reveja essa decisão e mantenha os vigilantes armados nos postos, garantindo a continuidade dos empregos e a segurança adequada nos locais protegidos.

Prefeitura de Teresina - Secretaria Municipal de Administração

A Prefeitura de Teresina esclarece que está implementando medidas para garantir a segurança nos prédios públicos municipais. Como parte dessas ações, foi firmado um convênio com a Polícia Militar para que policiais, em seus horários de folga, possam atuar na segurança dos locais.

Reiteramos que todos os direitos trabalhistas dos vigilantes terceirizados estão sendo rigorosamente respeitados. A administração municipal acompanha de perto a transição para assegurar que as obrigações contratuais sejam cumpridas.

FONTE: G1 PI

TST recebe manifestações para julgamento de recurso repetitivo sobre seguro garantia

Pessoas, órgãos e entidades interessados têm 15 dias para apresentar argumentos

O Tribunal Superior do Trabalho está recebendo manifestações escritas de pessoas, órgãos e entidades interessados na discussão sobre a obrigatoriedade da comprovação do pagamento do prêmio para validade do seguro garantia judicial. A providência consta de edital assinado pela ministra Dora Maria da Costa, relatora do caso.

O prazo para as manifestações é de 15 dias, inclusive quanto ao interesse para participar do processo para fornecer informações e colaborar na sua resolução (amicus curiae). As manifestações devem ser apresentadas como petição no próprio processo (Processo: IncJulgRREmbRep-101113-51.2019.5.01.0010).

O incidente de recurso repetitivo é uma das formas de definição de um precedente qualificado, em que a tese jurídica definida no julgamento tem natureza vinculante e será aplicada a todos os processos individuais e coletivos em tramitação na Justiça do Trabalho.

Questão jurídica

A tese jurídica a ser discutida é a seguinte:

"O Ato Conjunto CSJT.CGJT Nº 1, de 16/10/2019, ao dispor sobre o uso do seguro garantia judicial em substituição a depósito recursal e para garantia da execução trabalhista, ao elencar os requisitos para a aceitação do mencionado seguro, obriga que seja comprovado, inclusive, o pagamento do respectivo prêmio? A ausência de comprovação do pagamento do prêmio resulta na deserção do respectivo recurso? É obrigatória a comprovação do pagamento do prêmio para a validade do seguro garantia judicial?"

FONTE: TST (Carmem Feijó)

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF